TCU Boletim de Jurisprudência

Número 006

Sessões: 27 e 28 de agosto de 2013

Este Boletim contém informações sintéticas de decisões proferidas pelos Colegiados do TCU que receberam indicação de relevância sob o prisma jurisprudencial no período acima indicado. O objetivo é facilitar ao interessado o acompanhamento das decisões mais importantes do Tribunal. Para aprofundamento, o leitor pode acessar o inteiro teor da deliberação, bastando clicar no número do Acórdão (ou pressione a tecla CTRL e, simultaneamente, clique no número do Acórdão).

Acórdão 2291/2013 Plenário

Pessoal. Consulta. Secretário Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O encargo de Secretariado Parlamentar, por caracterizar, ao tempo da edição da Lei 8.112/90, função de confiança, sendo provido por pessoa da confiança do parlamentar e passível de demissão *ad nutum*, foi transformado em cargo em comissão, nos termos do art. 243, § 2º da referida Lei. Não é possível transformá-lo em cargo de provimento efetivo.

Acórdão 2293/2013 Plenário

Obra. Auditoria. Desoneração de encargos sociais.

Os orçamentos de licitações de obras e serviços de engenharia devem considerar a desoneração instituída pela **Lei 12.844/13**, que possibilita a redução de custos previdenciários das empresas de construção civil. Caracteriza sobrepreço a fixação de valores em contrato que desconsidere tal dedução.

Acórdão 2300/2013 Plenário

Responsabilidade. Recursos de Reconsideração. Homologação da licitação.

Pelos vícios ocorridos em procedimento licitatório cabe a responsabilização solidária da autoridade que homologa o certame, exceto se as irregularidades decorrerem de vícios ocultos, dificilmente perceptíveis na análise procedida por essa autoridade.

Acórdão 2300/2013 Plenário

Responsabilidade. Recursos de Reconsideração. Delegação de competência.

A responsabilidade da autoridade delegante pelos atos delegados não é automática ou absoluta, sendo imprescindível para definir essa responsabilidade a análise das situações de fato que envolvem o caso concreto. A falta de fiscalização (culpa *in vigilando*), o conhecimento do ato irregular praticado ou a má escolha do agente delegado (culpa *in eligendo*) podem conduzir, se comprovados, à responsabilidade daquela autoridade.

Acórdão 2326/2013 Plenário

Processual. Recurso de Reconsideração. Contraditório e ampla defesa.

Não cabe nova audiência de responsáveis para que ofereçam defesa sobre fatos apurados em processo de contas anuais, quando tal prerrogativa já tenha sido assegurada em outro feito, no qual foram objeto de exame os mesmos fatos. Negativa de provimento.

Acórdão 2329/2013 Plenário

Processual. Agravo. Medida cautelar.

Os termos relativos às medidas cautelares podem ser alterados, modificados, reduzidos ou ampliados, a qualquer tempo – ainda que tenha ocorrido a instituição de garantias em substituição à cautelar de retenção de pagamentos – caso o Tribunal conclua que a alteração seja adequada e suficiente para garantir a eficácia da futura decisão de mérito.

Acórdão 5848/2013 Primeira Câmara

Contrato. Recursos de Reconsideração em Tomada de Contas Especial. Liquidação da despesa.

A atestação é condição prévia essencial ao pagamento do serviço, pois representa a confirmação, pelo contratante, de que o objeto foi integralmente atendido nos termos acordados, sendo irregular o pagamento de serviço medido por parâmetro dissonante daquele estipulado em contrato.

Acórdão 5186/2013 Segunda Câmara

Pessoal. Pensão de ex-combatente. Acumulação.

A pensão especial de ex-combatente decorrente do art. 53, inciso II, do ADCT/88 pode ser acumulada com proventos de aposentadoria ou pensão de natureza previdenciária. É vedada a acumulação de benefícios apenas quando se trata de recebimento de duas ou mais prestações do mesmo regime.

Acórdão 5186/2013 Segunda Câmara

Pessoal. Pensão de ex-combatente. Repartição de pensão entre viúva e companheira.

Só é possível dividir-se o benefício previdenciário entre a viúva e a companheira na hipótese de separação de fato daquela e de reconhecimento judicial da união estável com esta. A dependência econômica da viúva em relação ao instituidor é presumida, salvo expressa disposição contrária inserida em sentença judicial.

Acórdão 5189/2013 Segunda Câmara

Pessoal. Pensão Civil. Redutor instituído pela Emenda Constitucional 41/03.

É ilegal ato de pensão civil decorrente de óbito posterior a 19/02/2004 que não contemple, no cálculo do valor pensional, o redutor de que trata o art. 40, § 7º da CF/88.

Acórdão 5218/2013 Segunda Câmara

Processual. Tomada de Contas Especial. Juros de mora.

O pagamento do débito após a citação e antes do julgamento, apenas atualizado monetariamente, não afasta a incidência dos juros moratórios sobre o montante apurado, caso o Tribunal, não reconhecendo a boa-fé do responsável, decida pela irregularidade das contas.

Acórdão 5219/2013 Segunda Câmara

Pessoal. Embargos de Declaração. Controle dos atos de aposentadoria.

O controle do TCU sobre as aposentadorias não faz coisa julgada, sendo lícitas as necessárias alterações supervenientes no benefício concedido em face de modificação da fundamentação legal originada no órgão jurisdicionado e novamente submetidas ao Tribunal. A correção dos atos de aposentadoria ilegais é legítima, assim como a determinação do TCU para a adoção das medidas necessárias à correção das ilegalidades. Embargos não providos.

Elaboração: Diretoria de Jurisprudência - Secretaria das Sessões
Contato: infojuris@tcu.gov.br